

O RENASCIMENTO DE MACAU

Alfredo Gomes Dias

ANTÓNIO VASCONCELOS
DE SALDANHA

**O Tratado Impossível.
Um Exercício de
Diplomacia Luso-Chinesa
num Contexto
Internacional em
Mudança, 1842-1887**

Lisboa,
Instituto Diplomático – Ministério
dos Negócios Estrangeiros,
2006, 979 páginas

Macau nasceu para o mundo pela pena de Fernão Mendes Pinto, mercador e noviço jesuíta, num documento escrito a 20 de Novembro de 1555 e que Luís Filipe Barreto, no seu livro *Macau: Poder e Saber. Séculos XVI e XVII* (2006), baptizou de «certidão de nascimento de Macau». Até 20 de Dezembro de 1999, data da transferência da soberania de Macau para a República Popular da China, percorreram-se 444 anos, concluindo uma combinação de números perfeita, que talvez só as superstições chinesas saberão explicar.

Ao longo destes quatro séculos e meio, a presença portuguesa em Macau conheceu diferentes períodos que os historiadores têm tido o cuidado de definir de modo a melhor explicitar o seu pensamento e precisar o estudo que se propõem realizar. Mas a realidade histórica de uma cidade encerra dimensões diversas que nem sempre coincidem temporalmente, até porque o desenvolvimento de cada uma delas se processa em ritmos diferentes. Esta é uma verdade que em Macau assume um especial significado porque nela se cruzaram civilizações diferentes e se encontraram

povos diversos que ofereceram um espaço singular à história de Portugal e, por certo, à da China.

Uma destas dimensões centra-se na esfera político-diplomática, aquela que nos permite tomar o pulso ao ritmo acelerado da mudança quando nos debruçamos sobre um período mais caracterizado pelas rupturas do que pelas continuidades que nunca deixam de existir. Este livro sobre as relações diplomáticas luso-chinesas, entre 1842 e 1887, dedica-se ao estudo do período da história de Macau onde as marcas da mudança são mais visíveis, quer a nível externo (como o subtítulo da obra esclarece), quer a nível interno, porque o «tratado impossível» entre Portugal e a China foi a «certidão de nascimento» do Macau contemporâneo.

D'O TRATADO IMPOSSÍVEL AO LIVRO POSSÍVEL

António Vasconcelos de Saldanha inicia o seu livro com as palavras do conde do Lavradio, reconhecendo que «o tratado com a China é e será um tratado impossível» (p. 19). Estas palavras «premonitórias», escritas em 1845, permitem ao autor jus-

tificar o título e, indo um pouco mais longe na nossa leitura, colocar o acento tónico num dos principais vectores, quiçá o mais apaixonante de ser estudado, que caracterizou a História de Macau e das relações luso-chinesas: a cidade de Macau construiu-se, desde as suas origens, pela concorrência dos seus intervenientes locais, relegando para segundo plano a afirmação de um acordo escrito que, depois das Guerras do Ópio (1839-1860), passou a ser uma exigência para a efectiva integração da China na teia das relações internacionais daquela época e para a afirmação dos interesses de Portugal na Ásia Oriental. Abrindo deste modo o primeiro dos onze capítulos que compõem este estudo, António Vasconcelos de Saldanha desperta-nos a vontade de ler um livro que nos ajuda a compreender um longo processo comercial que, terminado em 1887, mantém pontes ligadas às origens de Macau em meados de Quinhentos e ao seu futuro, traçado cem anos depois, com a assinatura da «Declaração Conjunta do Governo da República Popular da China e do Governo da República de Portugal sobre a Questão de Macau».

Conhecendo a já extensa obra de Vasconcelos de Saldanha, quer individual quer como coordenador de diferentes projectos de investigação ligados à História de Macau e das relações políticas e diplomáticas entre Portugal e a China, consideramos ser este o «livro possível», isto é, aquele que oferece uma síntese extensa e completa de todo o saber acumulado ao longo de quase duas décadas de trabalho. Uma síntese que, ao longo de 979 páginas, nos conduz numa viagem ao mundo

das relações luso-chinesas e do espaço que Macau sempre nele ocupou.

A concretização desta obra é o ponto de chegada de uma investigação que obrigou à leitura de uma vasta bibliografia sobre o tema e à busca de milhares de documentos manuscritos espalhados por diferentes acervos depositados em muitos arquivos portugueses e estrangeiros. De Lisboa a Madrid, Londres, Pequim e Taipé, o autor soube reunir as informações que lhe permitiram construir a sua interpretação de um complexo processo político que, por vezes, se encontra escondido nas palavras não escritas ou naquelas que é possível subentender. Bibliografia e documentação amplamente citada ao longo da obra, cujas 1852 notas de rodapé o autorizam a dispensar a apresentação de uma bibliografia sistematizada no final, fugindo assim à tradição académica, sem que tal signifique uma perda para os futuros estudiosos do tema.

O *Tratado Impossível*, publicado na Série A da Coleção Diplomática do Instituto Diplomático / Ministério dos Negócios Estrangeiros em Dezembro de 2006, é uma obra enriquecida por dezenas de imagens, quase todas dando-nos a conhecer os rostos dos protagonistas que, nos corredores de palácios e templos, traçaram as linhas desta história repartida pelas cidades de Macau, Lisboa e Pequim, mas também de Cantão, Londres e da recém-nascida Hong Kong.

Com este livro, Vasconcelos de Saldanha oferece a todos os que se interessam pela história da diplomacia luso-chinesa, neste período de grandes mudanças que ocorreu entre 1842 e 1887, o «estado da ques-

tão» e, por isso, constitui, para os estudiosos de hoje e de amanhã, uma referência incontornável.

A IMPORTÂNCIA DE UM TRATADO

«IMPOSSÍVEL»

Nunca é de mais sublinhar a pertinência desta obra pelo tema que ela estuda e aprofunda. Logo na Introdução, o autor tem o cuidado de definir o seu objectivo, a saber, «o estudo do processo político e diplomático que cumulará na subscrição do tratado de 1887. O que nos não dispensa o enquadramento deste processo – que delimitámos entre os anos de 1842 e 1887 – no plano temporal mais vasto das relações luso-chinesas» (p. 22).

Ao longo de quase cinquenta anos decorre um longo processo negocial entre Portugal e a China que só viu o seu termo com a assinatura do «Protocolo de Lisboa» de 26 de Março de 1887 e do «Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China», rubricado em Pequim no dia 1 de Dezembro de 1887. Para trás ficaram mais três importantes peças documentais que fazem parte desta história: o «Projecto de Tratado com a China em 1843»; o «Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China», de 13 de Agosto de 1862, que não foi ratificado por Pequim; e o «Projecto de Tratado com a China de 1882». Estes cinco documentos, que se encontram reunidos neste volume (anexos), são os marcos fundamentais de um processo político cuja análise não se reduz ao território de Macau, isto é, fica claro com a leitura desta obra que a história das relações políticas e diplomáticas luso-chinesas não é inteligível se for exclusivamente centrada na história de Macau.

O *Tratado Impossível* concilia a análise dos sinuosos diálogos políticos com a descrição, por vezes pormenorizada, do percurso político de muitos dos seus intervenientes, quer portugueses quer chineses, sem a qual por vezes não é possível compreender as razões, os interesses e as opções que ministros, governadores e mandarins foram assumindo ao longo de todo este período. Um estudo com estas características só é possível quando se assume como imprescindível garantir a presença de diferentes olhares – português e chinês – sobre os acontecimentos em análise.

Com o tratado de 1887, tendo a diplomacia portuguesa como principal desiderato o «reconhecimento de um “statu quo”, a formalização de uma situação de ocupação e governo autónomos, tacitamente consentida pela China desde há séculos» (pp. 901-902), chegou-se a uma fórmula consensual, a possível, consignada logo no segundo artigo: «A China confirma, na sua íntegra, o artigo 2.º do protocolo de Lisboa, que trata da perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal» (p. 965). Uma solução que foi ao encontro das propostas portuguesas e que dava também resposta às preocupações da diplomacia chinesa, nomeadamente com a salvaguarda de uma soberania «residual» ou «territorial» concedida a Portugal e de não alienação do território (cf. p. 909).

As conclusões deste estudo encontram-se sintetizadas no último parágrafo do capítulo X: i) a inclusão do Protocolo de Lisboa e não do Tratado, ambos de 1887, no conjunto dos «tratados desiguais» considerados inválidos pela República Popular da

China; ii) o reconhecimento da especificidade do estatuto de Macau; iii) «a definição da situação de Macau como a de uma “questão pendente” conservada no limbo de um “statu quo” herdado do passado até ao advento de uma solução necessariamente nascida, não de acções de força, mas, pacificamente, através de negociações a realizar em tempo oportuno mas indeterminado no futuro» (p. 930).

A estas conclusões importa acrescentar os caminhos que ficaram por desbravar, reconhecendo que este é um período crítico na história de Macau. Um deles dirige-se para o alargamento da baliza temporal da investigação, dando-nos a conhecer os marcos fundamentais das relações diplomáticas luso-chinesas durante o século XX. O outro, claramente mais exigente, centrar-se-ia na identificação das interinfluências dos níveis político-diplomático (a que esta obra se dedica) com os domínios económicos e sociais da Macau oitocentista. Este último implicaria olhar para a cidade como uma totalidade social, integrando os diferentes níveis da sua realidade, a única metodologia que garantiria a compreensão global e aprofundada destes cinquenta anos de mudanças políticas, económicas e sociais que Macau conheceu na segunda metade do século XIX.

Retomando o objecto de estudo desta obra, nunca é de mais sublinhar que este «tratado impossível» constitui mais uma peça importante, de uma forma aparentemente paradoxal, para explicar como foi possível a contínua presença portuguesa em Macau durante quatro séculos e meio. Não obstante as dificuldades inerentes a todos os processos políticos e diplomáticos onde

predominam os interesses de cada uma das partes – num período de grandes transformações no mundo e, particularmente, na Ásia Oriental – o Tratado de 1887 deixou aberta a porta para a continuidade do diálogo luso-chinês, a presença portuguesa em Macau e, ainda, o encontro de uma solução quando se anunciasse a transferência da soberania de Macau para a China. Assim, a importância deste «tratado impossível», na feliz expressão recuperada ao conde do Lavradio, resulta também do seu simbolismo do encontro Ocidente/Oriente que teve uma dimensão ímpar em Macau, quer porque dimanou de um passado construído em comum, quer porque soube, de algum modo, adivinhar as necessidades do futuro. Em grande medida, só é possível compreender o processo negocial Portugal-China que ocorreu em 1986-1987, do qual resultou a «Declaração Conjunta» de 1987, se conhecermos com rigor todo o caminho percorrido pelos dois países entre 1842 e 1887, quando procuraram uma forma de fazer «renascer» Macau para o mundo contemporâneo que se estendia àquela região da Ásia.

Em Dezembro de 2006, no sétimo aniversário da Região Administrativa Especial de Macau, António Vasconcelos de Saldanha ofereceu, a todos os que se interessam e dedicam ao estudo da cidade de Macau, um livro que aprofunda o conhecimento sobre um tema nobre da história das relações luso-chinesas, ajudando a manter viva a nossa memória colectiva do que foi a presença portuguesa em Macau e reforçando o seu significado para a história da China e de Portugal. 